

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Março 2024

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
MARÇO 2024
v.3 n.1



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÁSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura mensal escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região no último mês.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP
Victória Monteiro da Silva Santos

Presidentes da LEAP

Gabriel Porto Póvoas
Maria Gabriela Veloso Camelo

Diretores da LEAP

Beatriz Nardy de Queiroz
Luiza Monteiro
Sofia Mendes Magalhães

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Março/2024. Rio de Janeiro.
PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico
40p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

ELEIÇÕES EM TAIWAN

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante
Gabriel Porto Póvoas

2

EXPLORAÇÃO ESPACIAL JAPONESA

Matheus Lopes de Albernaz

3

INVESTIMENTOS E ACORDOS ESTADUNIDENSES NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

4

DESENVOLVIMENTOS RECENTES NA RELAÇÃO SINO-VIETNAMITA

Maria Gabriela Veloso Camelo

5

DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES INTER-COREANAS

Renan Guimarães Canellas de Oliveira
Sofia Mendes Magalhães

6

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E O PAPEL DA ASEAN NO CONFLITO EM MIANMAR

Érico Azera Gonçalves da Rocha
Letícia Fernandes de Almeida

7

O IMPACTO DO EL NIÑO NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Beatriz Nardy de Queiroz
Rubens Americano Alves de Brito Araujo

1

ELEIÇÕES EM TAIWAN

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante

Gabriel Porto Póvoas

No dia 13 de janeiro de 2024, foi finalizado em Taiwan um longo processo eleitoral que teve como resultado a vitória do Partido Democrático Progressista (PDP), de caráter separatista em relação à China e uma das principais oposições ao Kuomintang (KMT). Este último, apesar de não ser aliado da China, propaga discursos em prol da unificação entre esta e Taiwan. Já no Legislativo o PDP perdeu, por pouco, a maioria – que agora é detida pelo Kuomintang, com 52 cadeiras –, conquistando 51 assentos (Ramos, 2024). A vitória de Lai Ching-te e Hsiao Bi-khim (PDP) com 40% dos votos gerou reações da República Popular da China (RPC). Para Chen Binhua, porta-voz do Gabinete de Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado chinês, os resultados das eleições demonstram um cenário no qual o PDP não representa a opinião pública dominante em Taiwan e, principalmente, que não houve alteração de posições sobre a reunificação nacional (Ramos, 2024). Logo, frente à vitória do PDP, é essencial considerar não apenas as consequências para o futuro de Taiwan, como também a reação chinesa à vitória de um líder determinado a “proteger Taiwan das ameaças e intimidação da China” (Reuters, 2024, s.p).

Os objetivos do PDP e sua determinação de se afastar da China não são uma novidade de seu governo, e estiveram presentes nas mais variadas formas. Como recentemente colocado por Lai, a sua posição na presidência carrega consigo a responsabilidade pela manutenção da paz e da estabilidade, sendo necessário preservar um diálogo com a China e ao mesmo tempo salvaguardar Taiwan de intimidações e ameaças da RPC (Gan, 2024). Logo, por mais que expresse desejo que a China entenda o comprometimento do povo taiwanês com a democracia, e ressalta a necessidade do diálogo com a potência, o presidente Lai enfrenta pressões diplomáticas, econômicas e militares (Gan, 2024). Um exemplo desta problemática ocorreu recentemente, com uma promessa feita por Xi Jinping, presidente da China, na comemoração do aniversário de Mao Tsé-Tung. Na ocasião, o presidente chinês prometeu que tentativas de separar Taiwan seriam impedidas: “A China deve aprofundar a integração entre os dois lados, promover o desenvolvimento pacífico das relações através do estreito de Taiwan e impedir resolutamente que alguém

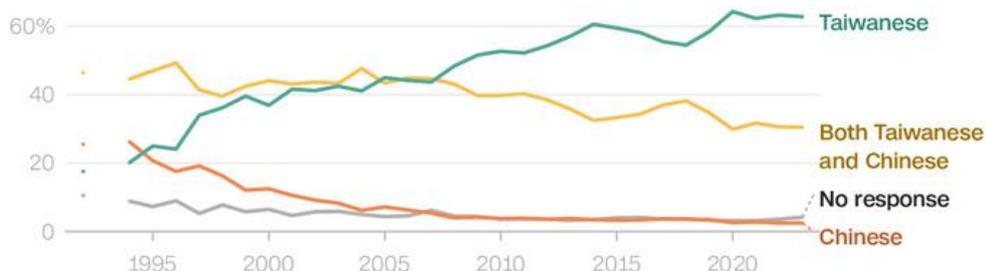
separe Taiwan da China de qualquer forma” (Opera Mundi, 2024, s.p).

Destaca-se porém que o posicionamento de Xi Jinping não é inesperado, mas sim apenas mais um dentro do que podemos chamar de “Uma Única China” – *One China* em inglês –, uma política chinesa que aborda, também, a relação com Taiwan. Essa política, que tem sua origem no final da Guerra Civil Chinesa, pode ser definida resumidamente a partir do reconhecimento do governo da RPC como o único governo legítimo da China, na qual Taiwan faz parte (Goldstein, 2023). Entretanto, quando abordamos a posição dos Estados Unidos, um ator essencial nessa relação, considerando-se principalmente a aproximação de Lai Ching-te com Washington, o status de Taiwan como parte da China é dúbio. Segundo o Taiwan Relations Act, o status da ilha é indeterminado, e, apesar de seu governo não ser considerado um Estado soberano no sistema internacional, ainda assim a potência ocidental reserva o direito de prover Taiwan com armas de caráter defensivo (Goldstein, 2023).

Outra questão de extrema relevância que interpreta um papel predominante na questão China-Taiwan é a identidade, tendo em vista que a identificação do povo taiwanês tem aos poucos se tornado cada vez mais voltada na direção de uma própria, em detrimento de uma identidade chinesa, segundo Gan (2024). Essa noção se depreende dos próprios discursos de Lai, que partem de um tom nacional e democrático, a exemplo de um de seus pronunciamentos no *The Wall Street Journal*, no ano passado: “Eu decidi que tinha o dever de participar na democracia de Taiwan e ajudar a proteger esse experimento incipiente daqueles que desejavam prejudicá-lo.” Com isso, pode-se observar que a identidade chinesa sofre uma queda à medida que é considerada uma potencial ameaça à democracia e à própria identidade taiwanesa, algo que é expressado pelas próprias instituições políticas de Taiwan.

Figura 1: Pesquisa: Você se considera Taiwanês, Chinês, ou os dois?

Survey: Do you consider yourself to be Taiwanese, Chinese, or both?



Note: The survey is derived by combining all polls conducted each year since 1992; data for 2023 is as of June. Sample sizes vary between 1,209 and 34,854 adults in Taiwan aged 20 years or older. Margins of sampling error vary and are within +/- 3ppt. Values may not add up to 100% due to rounding.

Source: National Chengchi University's Election Study Center
Graphic: Rosa de Acosta and Krystina Shveda, CNN

Referência: Gan, 2024.

A própria percepção dos taiwaneses no que diz respeito a si mesmos e à própria identidade também possui um papel no que diz respeito ao afastamento em relação à China, como se pode observar no gráfico acima. A pesquisa intitulada *“Do you consider yourself Taiwanese, Chinese, or both?”* teve como objetivo mapear a forma como o próprio povo taiwanês enxerga a si mesmo, seja definido como parte de um povo autônomo e independente, seja como parte da República Popular da China, a partir de um levantamento realizado com cerca de 34.000 adultos na província de Taiwan. No gráfico, podemos observar que a percepção de uma identidade chinesa sofre uma clara decadência ao longo dos anos, enquanto a identidade taiwanesa ganha mais espaço. Pode-se dizer que este é um reflexo de um longo processo histórico em que após a vitória do Partido Comunista de Mao Tsé-Tung, o Partido Nacionalista de Chiang Kai-shek precisou fugir para Taiwan. Os taiwaneses citam essa história ao defender a própria identidade ao argumentar que nunca fizeram parte do Estado chinês moderno, que foi formado após a revolução em 1911 – ou da República Popular da China, que foi estabelecida sob Mao em 1949 (Brown, 2024). Pode-se depreender, portanto, que a vitória de Lai é um reflexo da vontade do povo taiwanês, que a partir da percepção da própria identidade, recusa a anexação pela China e prefere a

própria independência e um sistema democrático à unificação.

Na véspera das eleições, a China expressou veementemente sua oposição a uma possível vitória de Lai em Taiwan. O governo chinês moldou a eleição como uma escolha entre "paz e guerra", alinhando-se ao candidato Hou Yu-ih, do Kuomintang (KMT). Apesar de moderar suas opiniões e adotar uma postura mais amena a favor do status quo atual, Pequim continuou a vê-lo como uma ameaça, muito porque a abordagem deliberada de Lai ecoa a de sua antecessora, Tsai, e a hostilidade de Pequim em relação a ele ultrapassa sua atitude em relação a Tsai. O governo chinês tem rotulado Lai como um separatista perigoso, "criador de problemas" e "fomentador de guerra", rejeitando suas ofertas de diálogo. Até mesmo o companheiro de chapa de Lai, Hsiao Bi-khim, enfrentou desdém aberto de Pequim, tendo sido sancionado duas vezes por ser um "separatista obstinado" (Gan, 2024). Com a posse de Lai, espera-se que as relações tensas entre os estreitos e a campanha de isolamento da China contra Taiwan persistam.

O referido comportamento da China em relação ao representante democraticamente eleito em Taiwan advém de um clima de tensão e hostilidade construído entre ambos, baseado não apenas nos elementos históricos da revolução de 1911, mas também na importância geoestratégica e econômica de Taiwan para a Ásia-Pacífico e também para o mundo. Um dos principais elementos de maior relevância quando se fala em Taiwan é a existência da "TSMC", abreviação que significa "Taiwan Semiconductor Manufacturing Company", com sede em Hsinchu. A TSMC, que por sua vez é a responsável pela produção dos semicondutores utilizados em telefones celulares, laptops, carros, geladeiras, televisores e sistemas de armas digitais utilizados no mundo inteiro, é quem torna ainda mais ameaçadora – para o governo chinês – uma aproximação de Taiwan com o Ocidente. Os Estados Unidos, em especial, poderiam enxergar nas últimas eleições da ilha uma oportunidade de se inserir no cenário da Ásia-Pacífico mais ativa e efetivamente. Assim, pode-se dizer que a relutância por parte do governo chinês em aprovar uma maior autonomia e independência de Taiwan está no significado ideológico da ilha para o Ocidente, além do que uma inserção de Washington em um território como Taiwan poderia significar para a integridade e longevidade chinesa.

Portanto, pode-se depreender que as últimas eleições ocorridas em janeiro deste ano representam uma mudança de chave para a Ásia-Pacífico e em especial para as relações entre China e Taiwan à medida que reforçam o clima de hostilidade historicamente estabelecido desde 1949. A percepção chinesa sobre Taiwan é, deste modo, definida pela ideia de uma província rebelde e separatista, enquanto que para Taiwan e boa parte de sua população, a China representa uma ameaça à própria integridade e soberania. A identidade do povo taiwanês é um fator de extrema relevância, pois ao ser definida por elementos históricos e longos processos de luta por soberania e reconhecimento, assume um papel latente na condução das decisões políticas da ilha. Tal identidade pode também favorecer uma maior proximidade com potências ocidentais, como é o caso dos Estados Unidos. A China, por sua vez, se vê numa posição delicada e complexa, e ao passo que não se sabe quais serão os próximos acontecimentos que definirão a região, pode-se depreender que a possibilidade do uso da força por parte de Pequim não pode ser descartada. A incerteza do futuro, neste sentido, torna os próximos eventos automaticamente imprevisíveis, ao passo que atrai os olhos do mundo à região da Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, David. Como China perdeu Taiwan e qual a situação atual da 'ilha rebelde'. **BCC News**, 11 jan. 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72yyjky4emo>. Acesso em 09 fev. 2024.

GAN, Nectar. Who is Lai Ching-te, Taiwan's new President?. **CNN**, 13 jan. 2024. Disponível em <https://edition.cnn.com/2024/01/14/asia/profile-lai-ching-te-taiwan-new-president-intl-hnk/index.html>. Acesso em 06 fev. 2024.

GOLDSTEIN, Steven M. Understanding the One China policy. **Brookings**, 31 ago. 2023. Disponível em <https://www.brookings.edu/articles/understanding-the-one-china-policy/>. Acesso em 08 fev. 2024.

OPERA MUNDI. Ao comemorar aniversário de Mao Tsé-Tung, Xi Jinping promete impedir que alguém 'separe Taiwan da China'. **Brasil de Fato**, 26 dez. 2023. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/26/ao-comemorar-aniversario-de-mao-tse-tung-xi-jinping-promete-impedir-que-alguem-separe-taiwan-da-china>. Acesso em 08 fev. 2024.

RAMOS, Mauro. Partido inclinado ao separatismo vence eleições em Taiwan. **Brasil de Fato**, 15 jan. 2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/15/partido-contrario-a-unificacao-com-china-vence-eleicoes-em-taiwan>. Acesso em 06 fev. 2024.

REUTERS. Partido contrário à unificação de Taiwan com China vence eleição presidencial. **G1**, 13 jan. 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/13/principal-partido-da-oposicao-de-taiwan-admite-derrota-nas-eleicoes-presidenciais.ghtml>. Acesso em 07 fev. 2024.

2

EXPLORAÇÃO ESPACIAL JAPONESA

Matheus Lopes de Albernaz

Um tópico que já esteve sob os holofotes da sociedade, a exploração espacial nos últimos anos vem recuperando espaço no debate público. Novas dinâmicas, tecnologias, e atores (empresas privadas e Estados) compõem essa nova corrida espacial, não mais travada entre Estados Unidos e União Soviética. Já são cinco os países que alunaram (ato de pousar na superfície da lua). Além dos dois países já citados, a China foi o terceiro a conseguir tal feito, em 2013, enquanto a Índia 10 anos depois veio a se tornar a quarta. Em janeiro deste ano, o Japão, com sua agência espacial (JAXA) entrou para o seleto grupo. Com esse êxito, aliado a recentes avanços do país no setor aeroespacial, tanto no âmbito tecnológico como no âmbito da “diplomacia espacial”, é possível dizer que a JAXA vem se tornando um importante mecanismo de poder para o Japão?

A conquista japonesa realizada em janeiro não foi inesperada. O país, através de sua Agência de Exploração Aeroespacial (JAXA) havia tentado sem sucesso, tanto em 2022 quanto em 2023, pousar uma espaçonave na lua. Com a aterrissagem da sonda lunar robótica sem necessidade de astronautas a bordo e com um sistema de geração de energia solar, chamado de SLIM, a Jaxa tem como objetivo mostrar ao mundo sua tecnologia de sistema de pouso e navegação de precisão, possibilitando aterrissagens em regiões na lua ainda não exploradas devido ao difícil acesso (SpaceToday, 2023).

A JAXA é uma organização dedicada à pesquisa, desenvolvimento de tecnologia e lançamento de satélites em órbita. Foi formada em 2003, através da fusão de três organizações independentes. Nesses vinte anos de existência, vem desempenhando um papel importante na área de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, um dos setores mais disputados e fundamentais da economia japonesa. Como essa é uma agência administrativa incorporada ao governo do Japão e que costuma demorar para comercializar suas tecnologias devido a sua complexidade, é significativamente dependente de investimentos, vindos majoritariamente do Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Japão, o

MEXT (Statista, 2023). Em novembro de 2023 por exemplo, o governo japonês, visando o crescimento da JAXA no contexto da nova corrida espacial, aprovou o investimento de 1 trilhão de ienes (equivalente a US\$6,7 bilhões) ao longo dos próximos dez anos para a agência espacial, mostrando sua relevância para o governo japonês e vice-versa (Nikkei Asia, 2023).

Por mais que tenha ganhado maior notoriedade com a recente conquista, a JAXA possui outras realizações no que diz respeito à exploração espacial. Em 2009 por exemplo, lançou o IBUKI, o primeiro Satélite de Observação de Gases de Efeito Estufa do mundo, monitorando as concentrações atmosféricas desses gases, como metano e CO₂, o que contribui para um melhor e mais preciso monitoramento ambiental do nosso planeta. No ano de 2018, foi lançado ao espaço seu sucessor, o IBUKI-2, trazendo melhorias e atualizações de acordo com os novos objetivos ambientais traçados desde o lançamento do primeiro (Japan House, 2023).

Além do campo do monitoramento da Terra, a JAXA ainda trabalha na exploração espacial além da lua, como é o caso da missão Hayabusa2, voltada para a exploração do asteroide Ryūgū. A missão teve início em 2014, com o intuito de contribuir para o conhecimento sobre a origem dos planetas e da água na Terra, já que os cientistas trabalham com a possibilidade de que o asteroide tenha possuído água. Amostras já foram coletadas do asteroide e levadas até os cientistas japoneses. Essas amostras serão fonte de estudo, pesquisa e análise por anos, fornecendo insights sobre a formação do sistema solar e a origem da vida (Japan House, 2023).

A organização japonesa também é uma importante contribuinte nos esforços globais para uma exploração conjunta do espaço. A materialização desse esforço é a Estação Espacial Internacional, um extenso laboratório espacial, fruto de um projeto em conjunto que englobou agências espaciais de diversos países, inclusive a JAXA. Sua principal contribuição à estação foi o Módulo de Experimento Japonês, o Kibō (esperança em japonês), um dos maiores módulos da estação.

Diversos países asiáticos possuem acesso às instalações do módulo japonês através de uma dinâmica de cooperação, auxiliando na alavancagem de países considerados inferiores do ponto de vista espacial. Ademais, há uma

cooperação, auxiliando na alavancagem de países considerados inferiores do ponto de vista espacial. Ademais, há uma cooperação bilateral e multilateral entre a JAXA e diferentes agências em outros projetos, como por exemplo o Programa Artemis, capitaneado pela NASA, visando aumentar a presença na Lua, porém dessa vez de maneira conjunta e pacífica com outras agências espaciais estatais. A JAXA nesse caso, contribui com o fornecimento de tecnologia.

Além do Programa Artemis, a agência japonesa também trabalha conjuntamente com a agência espacial indiana (ISRO) e uma missão de exploração de recursos lunares, além de liderar uma missão focando em entender a origem das duas luas de Marte, contribuindo significativamente para a ciência e a tecnologia aeroespacial globalmente. Todos esses feitos da JAXA alimentam uma imagem internacional do Japão como uma “nação espacial”, um país que contribui para a exploração espacial tanto academicamente, com a formação de diversos astronautas e cientistas da área, quanto tecnologicamente, sendo protagonista no desenvolvimentos de novas tecnologias de exploração e pesquisa.

Através de uma “diplomacia espacial”, países como EUA e Japão, que possuem maior experiência na exploração do espaço, são capazes de liderar projetos com projeções e objetivos mais ambiciosos. Com cada vez mais países visando horizontes espaciais, aumentando investimentos em suas agências, aqueles com bases mais consolidadas no setor espacial possivelmente se beneficiarão em parcerias com outras agências ainda em crescimento, para as auxiliarem em sua evolução e cooperarem nas futuras missões. No contexto atual, a diplomacia espacial desempenha um papel crucial na cooperação internacional, governança global e promoção da paz no espaço. A estratégia consiste na colaboração entre países para promover o uso e a convivência pacíficos e sustentáveis no ambiente espacial. Isso inclui o intercâmbio de dados, tecnologias e recursos para benefício mútuo. Com o intuito de evitar conflitos e garantir a segurança no espaço, organizações como a ONU desempenham um papel fundamental na diplomacia espacial, ao estabelecer normas e regulamentos.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Espaço Exterior foi um importante marco para a diplomacia espacial, sendo um dos precursores que

ditaria parte das dinâmicas diplomáticas fora da Terra (Diplomacia Business, 2021). Contudo, com um aumento no interesse pelo espaço vindo de cada vez mais países, novos desafios surgirão. A convenção da ONU citada acima não conseguirá ser totalmente eficaz nessa nova corrida espacial, visto que foi desenvolvida em um período e contexto diferentes. Ou seja, é necessário que haja uma atualização nas antigas normas e regulamentos e a criação de outras que se adequem às necessidades das novas dinâmicas espaciais. Mais uma vez, o Japão e os outros países mais tecnologicamente desenvolvidos são os principais atores (além da própria ONU) na construção de um espaço sideral pacífico e harmônico, com foco na cooperação e rivalidade saudável.

Em resumo, com uma maior presença do Japão nos assuntos e missões espaciais, a diplomacia espacial vai se tornando um importante mecanismo no qual o país consegue projetar seu poder (através da JAXA) dentro das relações internacionais, se tornando um ator fundamental nesse tema, e legitimando a qualidade de suas tecnologias, de seus astronautas e cientistas. Com o surgimento de novos atores e desafios, Tóquio, com seu histórico de relevância dentro do sistema internacional, exercerá cada vez mais a responsabilidade de liderar projetos que contribuirão tanto para a exploração espacial, quanto para a vida na Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Jarbas. Astronauta japonesa defende que “diplomacia espacial” pode ajudar a salvar o planeta. **Diplomacia Business**, 04 de ago. de 2021. Disponível em: <[Japan's Space Diplomatic Policy. **Foreign Policy Bureau, Ministry of Foreign Affairs of Japan**. Disponível em: <\[https://www.mofa.go.jp/policy/outer_space/pdfs/space_diplomatic_policy.pdf\]\(https://www.mofa.go.jp/policy/outer_space/pdfs/space_diplomatic_policy.pdf\)> . Acesso em: 26 de fev. de 2024](https://www.diplomaciabusiness.com/astronauta-japonesa-defende-que-diplomacia-espacial-pode-salvar-o-planeta-terra/#:~:text=Astronauta%20japonesa%20defende%20que%20%E2%80%9Cdiplomacia,ajudar%20a%20salvar%20o%20planeta&text=Naoko%20Yamazaki%20fez%20hist%C3%B3ria%20n%C3%A3o,(ISS)%2C%20em%202010.> . Acesso em: 26 de fev. de 2024.</p></div><div data-bbox=)

Japão é 5º país do mundo a pousar na Lua. **DW Brasil**, 19 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/jap%C3%A3o-%C3%A9-5%C2%BA-pa%C3%ADs-do-mundo-a-pousar-na-lua/a-68038450>>. Acesso em: 26 de fev. de 2024.

JAXA: Desenvolvimento do Espaço para a Humanidade. **Japan House**, 06 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www.japanhousesp.com.br/stories/jaxa-desenvolvimento-do-espaco-para-a-humanidade/>>. Acesso em: 26 de fev. de 2024.

SACANI, Sérgio. Japão Lança Telescópio de Raio-X e Um Lander Lunar. **SpaceToday**, set. de 2023. Disponível em: <<https://spacetoday.com.br/japao-lanca-telescopio-de-raio-x-e-um-lander-lunar/>>. Acesso em: 1 de mar. de 2024.

Japan to set up \$6.7bn JAXA fund to develop space industry. **Nikkei Asia**, 20 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Business/Aerospace-Defense-Industries/Japan-to-set-up-6.7bn-JAXA-fund-to-develop-space-industry>>. Acesso em: 1 de mar. de 2024.

ARBA, Alexandru. Income distribution of the Japan Aerospace Exploration Agency (JAXA) in fiscal year 2022, by source of funds. **Statista**, 14 de dez. de 2023. Disponível em: <

3

INVESTIMENTOS E ACORDOS ESTADUNIDENSES NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

Em novembro de 2023, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, participou da Cúpula da Ásia-Pacífico (APEC), buscando fortalecer os laços econômicos dos EUA na região (CBS News, 2023). Essa análise explora a relevância desse evento recente, destacando que a participação de Biden na APEC é crucial para compreender as dinâmicas mais amplas da relação entre os EUA e a Ásia-Pacífico. Para uma contextualização mais abrangente, é interessante voltar a maio de 2023, quando foi lançado o Indo-Pacific Economic Framework (IPEF),¹ uma iniciativa econômica estadunidense que busca promover a cooperação e integração econômica na região do Indo-Pacífico. Ao abordar as perspectivas de analistas sobre esse novo direcionamento da política externa dos EUA e sua relação com a região, a análise examinará possíveis cenários relacionados e as implicações para ambas as partes. A participação de Biden na Cúpula da APEC é crucial para observar dinâmicas mais amplas na relação EUA-Ásia-Pacífico, especialmente no que diz respeito a temas como comércio, sustentabilidade, mudanças climáticas e transição para energia limpa.

Na Cúpula, Biden destacou que os EUA não estão se afastando, mencionando a importância de se "desvincular" de Pequim, mas sem cortar completamente os laços (CBS News, 2023). O presidente dos EUA reconheceu as diferenças com a China em questões como um campo econômico justo e proteção de propriedade intelectual e ressaltou a liderança americana e esforços para gerenciar as relações entre os dois países. Além disso, Biden abordou a importância do Indo-Pacific Economic Framework (IPEF) como uma iniciativa para fortalecer laços com países asiáticos. No IPEF, são enfatizados pilares

¹ Em maio de 2022, os Estados Unidos lançaram o "Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity" (IPEF) em parceria com 13 países, incluindo Austrália, Brunei Darussalam, Fiji, Índia, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Este framework tem como objetivo promover a resiliência, sustentabilidade, inclusividade, crescimento econômico, equidade e competitividade nas economias participantes. A iniciativa visa contribuir para a cooperação, estabilidade, prosperidade, desenvolvimento e paz na região da Ásia-Pacífico. Com a participação de 14 parceiros, o IPEF representa 40% do PIB global e 28% do comércio global de bens e serviços. As negociações iniciais abordaram quatro pilares: (1) Comércio; (2) Cadeias de Suprimentos; (3) Energia Limpa, Descarbonização e Infraestrutura; e (4) Tributação e Combate à Corrupção. O IPEF é projetado para ser flexível, permitindo que os países participantes escolham os pilares nos quais desejam se envolver. A iniciativa busca fornecer benefícios tangíveis, impulsionando atividades econômicas e investimentos, promovendo o crescimento econômico sustentável e inclusivo, e beneficiando trabalhadores e consumidores em toda a região. Mais informações podem ser encontradas no comunicado oficial da Casa Branca sobre o IPEF. (United States Trade Representative, 2022).

como cadeias de abastecimento, clima, combate à corrupção e comércio. Ressalta-se que a iniciativa permite ação mais rápida do que acordos comerciais tradicionais (CBS News, 2023).

Os acordos refletem os esforços liderados pelos americanos para fortalecer laços econômicos com nações amigas na região (Seu Dinheiro, 2024). No entanto, algumas autoridades de comércio expressaram preocupações sobre o foco crescente em proteger empregos domésticos e fortalecer a indústria dos EUA e argumentam que essas políticas podem prejudicar países menores e menos ricos, que dependem do comércio para impulsionar o crescimento econômico (Exame, 2023).

A secretária de Comércio americana, Gina Raimondo, destacou que o IPEF visa fortalecer cadeias de produção em setores cruciais e estabelecer mecanismos para lidar com emergências semelhantes à falta de semicondutores durante a pandemia de COVID-19. (Exame, 2023). No entanto, houve ceticismo de autoridades de outras nações, como o ministro do Comércio da Nova Zelândia, Damien O'Connor, que defendeu a visão de que o comércio pode ser uma solução, desde que seja regulamentado para combater a desigualdade e apoiar os direitos trabalhistas. O vice-ministro do Comércio da Malásia, Liew Chin Tong, expressou simpatia pela ideia de que os trabalhadores dos EUA devem se beneficiar do comércio, mas alertou contra os custos para os trabalhadores de outros países. A diretora-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, apelou para que os EUA realizem conversas mais próximas com países menores e em desenvolvimento, a fim de evitar resistência às políticas comerciais americanas. (Exame, 2023).

Nesse contexto, autores estadunidenses como Derek Grossman (2023) estabelecem uma perspectiva otimista sobre a situação das alianças e parcerias dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico ao final de 2023, destacando a profundidade e robustez dessas relações. Argumenta-se que, apesar das preocupações levantadas durante a administração Trump, as alianças conseguiram não apenas resistir, mas prosperar, especialmente no caso do Japão e da Índia. Nesse sentido, a administração Biden é creditada por devolver as relações com estes países ao status quo após os quatro anos de interrupções sob Trump, fortalecendo-as ainda mais para enfrentar desafios regionais, principalmente aqueles relacionados à China e à Coreia do Norte.

É possível argumentar que a proximidade dos EUA assume um impulso proveniente principalmente da disputa com a China, seja no âmbito comercial ou na política externa. Para alguns especialistas, a “assertividade implacável” (Grossman, 2023) de Pequim pode até mesmo ser apresentada como um catalisador significativo, levando os países da região a abandonar a estratégia de equilíbrio e adotar uma abordagem mais alinhada com os interesses dos Estados Unidos. A análise sugere que a confiança crescente da China em sua força econômica e militar está impulsionando suas ambições na região, e a competição estratégica com os Estados Unidos está se intensificando. A Coreia do Norte também é apontada como um fator que aproxima os aliados dos EUA no nordeste da Ásia, adicionando um elemento de instabilidade à região.

O movimento estratégico de aproximação dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico surge como resposta à crescente influência exercida pela China, evidenciando uma estratégia de balanceamento para equilibrar a assertividade chinesa e suas práticas comerciais consideradas “desafiadoras”. Este posicionamento reflete a busca ativa por fortalecimento de laços econômicos e comerciais com nações parceiras na região, visando estabelecer uma coalizão de países dispostos a resistir às pressões econômicas e estratégicas provenientes da China.

A competição nas esferas econômica e comercial desempenha papel central na dinâmica sino-americana na Ásia-Pacífico. Como já ressaltado, os Estados Unidos estão empenhados em fortalecer alianças econômicas, como evidenciado por acordos voltados para a ampliação da colaboração em cadeias de produção. Essa iniciativa visa impulsionar a diversificação das cadeias de abastecimento, refletindo a intenção de diminuir a dependência de produtos chineses, ao mesmo tempo em que aprofunda as relações econômicas com outras nações na região.

No entanto, esse movimento estratégico não está isento de desafios. O principal dilema para os Estados Unidos reside na necessidade de equilibrar interesses muitas vezes divergentes na região. A diplomacia eficaz emerge como um elemento crucial nesse contexto, exigindo a harmonização das preocupações de países aliados e parceiros. A garantia de uma resposta unificada aos desafios apresentados pela China depende diretamente da habilidade dos Estados Unidos em gerenciar essas complexidades

diplomáticas. Adicionalmente, evitar uma abordagem percebida como tentativa de conter o desenvolvimento legítimo da China é essencial para mitigar possíveis tensões geopolíticas. O equilíbrio diplomático, nesse sentido, torna-se uma peça fundamental para a navegação bem-sucedida dessa paisagem complexa, contribuindo para a promoção de uma ordem regional estável.

Em síntese, a análise dessa dinâmica revela que as relações sino-americanas moldam diretamente a estratégia dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico. O movimento de aproximação reflete a imperatividade americana de lidar com os desafios apresentados pela China, tanto no âmbito estratégico quanto econômico, enquanto se fortalecem os laços com nações dispostas a resistir à crescente influência chinesa. O êxito desse empreendimento requer uma abordagem diplomaticamente equilibrada, capaz de garantir coesão entre os aliados e parceiros, ao mesmo tempo em que promove uma ordem regional sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CBS NEWS. Biden tells Asia-Pacific leaders that US “not going anywhere” as it looks to build economic ties. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/sanfrancisco/news/fresh-off-meeting-with-chinas-xi-biden-is-turning-his-attention-to-asia-pacific-economies-4/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

EXAME. EUA faz acordo com 13 países da Ásia/Pacífico para cooperar em cadeias de produção. Exame. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/eua-faz-acordo-com-13-paises-da-asia-pacifico-para-cooperar-em-cadeias-de-producao/amp/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GROSSMAN, Derek. America’s Indo-Pacific Alliances Are Astonishingly Strong. Foreign Policy. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2023/12/05/us-china-alliances-allies-geopolitics-balance-power-asia-india-taiwan-japan-south-korea-quad-aucus/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity (IPEF). Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/agreements-under-negotiation/indo-pacific-economic-framework-prosperity-ipef>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SEU DINHEIRO. Cúpula da APEC: Janet Yellen impulsiona parcerias econômicas na conferência Ásia-Pacífico; veja o que secretária dos EUA fará na reunião. Seu Dinheiro. Disponível em: <<https://www.seudinheiro.com/2023/internacional/cupula-da-pec-janet-yellen-impulsiona-parcerias-economicas-na-conferencia-asia-pacifico-rens/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.



DESENVOLVIMENTOS RECENTES NA RELAÇÃO SINO-VIETNAMITA

Maria Gabriela Veloso Camelo

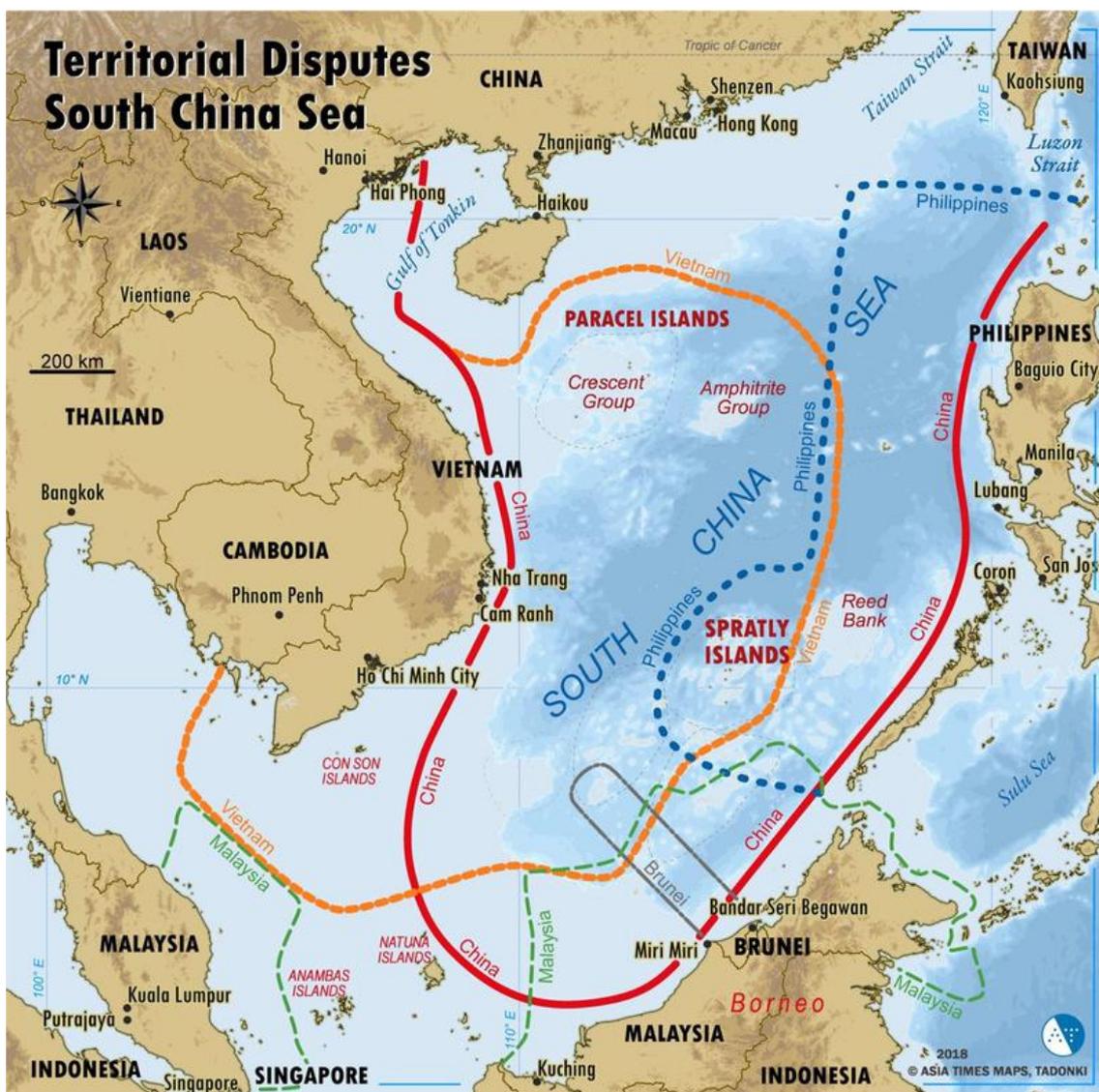
O Vietnã tem sido palco de uma complexa teia de relações diplomáticas e geopolíticas, especialmente em relação às potências regionais e globais como China e Estados Unidos. Nos últimos anos, as dinâmicas entre essas potências têm moldado o cenário político e econômico da região. Em meio ao acirramento de disputas territoriais e o crescente desenvolvimento de mecanismos de cooperação bilateral e regional, o Vietnã busca assegurar seus interesses e garantir sua soberania.

Uma das questões centrais nas relações internacionais do Vietnã é seu posicionamento em relação à China, sua vizinha e uma potência regional em ascensão. O Vietnã historicamente manteve uma postura de equilíbrio, utilizando estratégias de dissuasão, garantias e precaução para gerenciar suas relações com a China. Isso é evidenciado pela modernização contínua de suas capacidades militares, especialmente em áreas marítimas, como uma forma de dissuadir possíveis agressões. Ao mesmo tempo, o Vietnã procura garantir à China que suas intenções são pacíficas e baseadas na cooperação mútua.

Em outubro de 2022, o Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nguyen Phu Trong, realizou uma visita oficial à China, seguida por uma visita do Presidente Xi Jinping ao Vietnã em dezembro de 2023. Essas visitas, juntamente com outros esforços de alto nível, contribuíram para fortalecer os laços bilaterais e estabelecer uma "comunidade sino-vietnamita com um futuro compartilhado" (China Daily, 2024). O aprofundamento das relações sino-vietnamitas tem sido acompanhado por uma cooperação mais robusta em áreas como economia, comércio, segurança e desenvolvimento regional.

No momento, um dos principais desafios enfrentados pelo Vietnã quanto à sua relação com os chineses é a disputa territorial no Mar do Sul da China (MSC), onde várias nações reivindicam soberania sobre ilhas e recifes disputados. O Vietnã contesta as reivindicações territoriais da China, especialmente aquelas relacionadas às Ilhas Paracel e Spratly, argumentando que essas áreas estão dentro de sua zona econômica exclusiva (ZEE) de acordo com o direito

internacional, buscando resolver essas disputas de forma pacífica e de acordo especialmente com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Ao mesmo tempo, mantém uma postura firme na defesa de sua soberania e interesses nacionais, protegendo seus direitos marítimos e garantindo sua segurança.



Referência: Poder Naval, 2023

No entanto, a China tem buscado afirmar sua presença na região através de atividades de construção de ilhas artificiais, instalação de bases militares e patrulhas marítimas, o que tem gerado tensões crescentes e levantado

preocupações sobre a estabilidade e segurança na área. Essas disputas territoriais continuam a ser um ponto de atrito nas relações sino-vietnamitas, exigindo uma abordagem diplomática cuidadosa e esforços contínuos para buscar soluções pacíficas e baseadas em leis internacionais.

Neste contexto, em janeiro de 2024, o Vietnã e as Filipinas se comprometeram a trabalhar em conjunto sobre questões de segurança marítima no Mar do Sul da China como parte de um esforço mais amplo para resistir às assertivas reivindicações territoriais da China. O Presidente filipino, Ferdinand Marcos Jr., encerrou uma visita de dois dias a Hanói com a assinatura de um par de memorandos que pedem "prevenção de incidentes no Mar do Sul da China" e "cooperação marítima" entre suas respectivas guardas costeiras. Embora as Filipinas e o Vietnã tenham suas próprias disputas sobre ilhas contestadas no Mar do Sul da China, os dois países parecem estar muito mais preocupados com as pretensões expansivas da China, que reivindica 80% do território marítimo da região. O Ministério das Relações Exteriores da China ainda não respondeu formalmente à visita de Marcos a Hanói e aos novos pactos de segurança entre os dois países do sudeste asiático. Na segunda-feira, 5 de fevereiro, uma semana após a visita do representante filipino, o tabloide chinês controlado pelo Partido Comunista, Global Times, forneceu uma prévia da reação esperada de Pequim quando alertou que qualquer "frente unida" contra a China levará a conflitos se os interesses chineses forem comprometidos (Orlander, 2024).

Ao mesmo tempo, porém, a China e o Vietnã têm se engajado em exercícios de construção de confiança. No fim dessa mesma semana de janeiro, o presidente chinês Xi Jinping expressou disposição para trabalhar com o líder do Partido Comunista do Vietnã, Nguyen Phu Trong, para promover laços bilaterais "com um futuro compartilhado que se enraíze e dê frutos", conforme relatado pela agência de notícias Xinhua (Xinhua Net, 2024). Xi e Trong trocaram cumprimentos no Festival da Primavera, disse o relatório da Agência de Notícias do Vietnã (VNA, sigla em inglês). Anteriormente, a Agência Nacional de Notícias da Malásia havia relatado que as guardas costeiras do Vietnã e da China concordaram em realizar patrulhas conjuntas trimestrais para prevenir crimes e violações nas águas adjacentes à linha de demarcação no Golfo de Tonkin. Este acordo foi alcançado durante uma reunião online realizada em 31 de janeiro entre as duas partes. A reunião foi co-presidida pelo

Coronel Luong Dinh Hung, Diretor do Departamento de Assuntos Profissionais e Legais da Guarda Costeira do Vietnã, e pelo Coronel Ding Wengang, diretor do departamento de aplicação da lei do ramo Nanhai da Guarda Costeira da China, informou a agência de notícias do Vietnã. Além de um consenso sobre o compartilhamento de informações sobre crimes no Golfo de Tonkin, principalmente tráfico de drogas e imigração ilegal, as duas partes concordaram em trabalhar juntas para elaborar planos de prevenção de crimes, bem como ações conjuntas. A força da guarda costeira vietnamita registrou sinais de tráfico, fraudes comerciais, crimes de drogas e transporte ilegal de óleo nas águas da cidade de Mong Cai – localidade com intensa atividade comercial com a China. Vietnã e China aprovaram o acordo sobre a delimitação da fronteira marítima no Golfo de Tonkin em 2004.

Apesar das relações próximas, ainda que instáveis, com a China, o Vietnã também tem buscado fortalecer seus laços com os Estados Unidos, em parte como uma forma de contrabalançar a influência chinesa na região. A visita do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Vietnã em 2024, foi vista como um marco significativo na promoção da parceria entre os dois países. Durante sua visita, Biden e líderes vietnamitas discutiram formas de aprofundar a cooperação econômica, tecnológica e estratégica, com ênfase na diversificação das cadeias de abastecimento e na promoção de interesses compartilhados na região.

Essa dinâmica triangular entre Vietnã, China e Estados Unidos reflete a complexidade das relações internacionais na Ásia-Pacífico e a busca do Vietnã por um equilíbrio estratégico entre essas potências. Enquanto o país busca fortalecer suas relações com os Estados Unidos como uma forma de contrapeso à influência chinesa, ele também mantém laços próximos com a China como parte de sua estratégia de segurança e desenvolvimento econômico.

Além das relações com China e Estados Unidos, o Vietnã também tem buscado fortalecer seus laços com outras potências regionais e globais. Isso inclui países como Japão, Índia, Coreia do Sul e Austrália, com os quais o Vietnã mantém parcerias em áreas como comércio, investimento, segurança e desenvolvimento. Essas parcerias são vistas como uma forma de diversificar as relações externas do Vietnã e garantir sua segurança e prosperidade em meio

à crescente competição geopolítica na região.

Um aspecto importante das relações do Vietnã com outras potências é sua participação ativa em organizações regionais e multilaterais (Lan, 2024), como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O Vietnã reconhece a importância da ASEAN como um mecanismo para promover a cooperação regional, manter a estabilidade e resolver disputas de forma pacífica. Como membro ativo da ASEAN, o Vietnã trabalha em estreita colaboração com outros países membros para promover uma agenda comum e tentar fortalecer o papel da ASEAN na região.

Em suma, o Vietnã continua a desempenhar um papel importante nas relações internacionais da Ásia-Pacífico, equilibrando suas relações com China, Estados Unidos e outras potências regionais. Enquanto busca promover seus interesses nacionais e garantir sua segurança e prosperidade, o Vietnã enfrenta uma série de desafios complexos que exigem uma abordagem cuidadosa e coordenada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

China Daily. Xi says to work with Vietnam's Trong to promote China-Vietnam community with shared future. 2 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://www.chinadaily.com.cn/a/202402/02/WS65bc9a4da3104efcbdae9600.html>>.

HAI, An. Vietnam Overtakes China as Largest Exporter of Goods Made with Uyghur Forced Labor. Voa News. 31 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/vietnam-overtakes-china-as-largest-exporter-of-goods-made-with-uyghur-forced-labor/7466067.html>>.

LAN, Ngo Di. Vietnam's great power balancing act. East Asia Forum. 10 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://eastasiaforum.org/2024/02/10/vietnams-great-power-balancing-act/>>.

ORLANDER, Eric. Vietnam, Philippines Sign Coast Guard Pact That Is Sure to Anger China. China Global South Project 31 de Janeiro de 2024 . Disponível em: < <https://chinaglobalsouth.com/2024/01/31/vietnam-philippines-sign-coast-guard-pact-that-is-sure-to-anger-china/>>.

PODER NAVAL. Filipinas, Malásia, Taiwan e Vietnã rejeitam o mais recente mapa chinês do Mar do Sul da China. Agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2023/08/31/filipinas-malasia-taiwan-e-vietna-rejeitam-o-mais-recente-mapa-chines-do-mar-do-sul-da-china/>>.

VNA. Vietnam, China agree to well implement high-level common perceptions. Vietnam +. Disponível em: <<https://en.vietnamplus.vn/vietnam-china-agree-to-well-implement-highlevel-common-perceptions/279233.vnp>>.

Xinhua Net. China, Vietnam cross-border travel boom during Spring Festival. 12 de fevereiro de 2024. Disponível em: < <https://english.news.cn/20240212/80aee55ed357424384e7c445cbf45c9d/c.html> >.

5

DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES INTER-COREANAS

Renan Guimarães Canellas de Oliveira
Sofia Mendes Magalhães

Nos últimos meses, desde o bem-sucedido lançamento do satélite militar norte-coreano Malligyong-1, em novembro de 2023, tem-se observado uma crescente deterioração das relações inter-coreanas, com a suspensão de partes do Acordo Militar Abrangente de 2018, por parte da Coreia do Sul, e o fechamento de agências governamentais responsáveis pelas iniciativas de reunificação e cooperação econômica, por parte da Coreia do Norte, por exemplo. À medida que as tensões continuam a aumentar na península, a cooperação entre os dois governos e a perspectiva de reunificação parecem cada vez mais distantes. Nesse contexto, este texto analisa alguns dos fatores que contribuem para a atual deterioração das relações inter-coreanas.

Apesar de agora intensificadas, as difíceis relações entre as Coreias podem ser remontadas à própria Guerra da Coreia. Após a rendição japonesa em 1945, a península coreana, antes ocupada colonialmente pelo Japão, ficou sob o controle das forças de ocupação norte-americanas no sul e soviéticas no norte. A divisão deveria ser temporária, com o objetivo de permitir que as potências aliadas supervisionassem a desmilitarização e a formação de um governo unificado na Coreia. No entanto, as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética que caracterizaram toda a segunda metade do século XX também se refletiram na península. A Guerra da Coreia eclodiu em 25 de junho de 1950, quando a Coreia do Norte lançou uma invasão total contra a Coreia do Sul. No dia seguinte, os Estados Unidos convocaram o Conselho de Segurança da ONU e, sem a presença do representante soviético para exercer o veto, o conselho condenou a Coreia do Norte como o agressor (Cumings, 2005; Park, 2022; Seth, 2018). O conflito terminou em 1953 com um armistício que deixou os dois lados num estado técnico de guerra. Contudo, as tensões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul pioraram nos últimos anos, à medida que o Norte intensificou o seu programa de testes de mísseis balísticos e prometeu expandir o seu arsenal de armas nucleares.

O mais recente movimento de deterioração das relações inter-coreanas teve início com o bem-sucedido lançamento do satélite militar norte-coreano

Malligyong-1 em novembro de 2023. As Nações Unidas, os EUA e outros condenaram o lançamento como uma violação das sanções internacionais impostas sobre os programas de mísseis balísticos da Coreia do Norte (Al Jazeera, 2023).

Como resposta ao lançamento do satélite, a Coreia do Sul suspendeu partes do Acordo Militar Abrangente, que buscava diminuir as tensões na península coreana, assinado em uma cúpula de 2018 entre Kim Jong Un e o ex-presidente sul-coreano Moon Jae In. Na ocasião, o Primeiro-Ministro Han Duck Soo afirmou que a Coreia do Norte está claramente demonstrando que não tem vontade de obedecer ao acordo militar.

Após o movimento de Seul, Pyongyang afirmou que irá mover mais tropas e equipamentos militares para a fronteira com a Coreia do Sul, e que não estará mais vinculada ao Acordo Militar Abrangente. Além disso, o líder norte-coreano, durante um discurso perante a Assembleia Popular Suprema, pediu a revisão da constituição para dizer que o Sul é o “principal inimigo” do país. Apesar de dizer que a Coreia do Norte não tem intenções de iniciar uma guerra, Kim Jong Un afirmou que a constituição também deveria incluir planos para “ocupar, subjugar e recuperar” o Sul se outra guerra eclodir entre os dois países. Como parte dessa nova abordagem para a política de reunificação, o parlamento anunciou também a abolição de duas agências governamentais responsáveis pelas iniciativas de reunificação e cooperação econômica (VOA News, 2024).

Kim Jong-Un mantém o seu posicionamento contrário à reunificação, o que foi corroborado pelo comunicado proferido na 14ª Assembleia Popular Suprema (APS). Kim ordenou a destruição de todos os símbolos da reunificação entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, incluindo o “Monumento às Três Cartas para a Reunificação Nacional” na capital Pyongyang, construído pelo seu falecido pai, Kim Jong Il, que o jovem Kim descreveu como “uma monstruosidade” (VOA News, 2024). Dessa forma, as atividades de três agências que atuavam em prol da reconciliação inter-coreana – o Comitê para a Reunificação Pacífica do País, o Gabinete Nacional de Cooperação Econômica e a Administração Internacional de Turismo – foram encerradas.

A intensificação dos programas de desenvolvimento de armas por Pyongyang

e a cooperação militar entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos e o Japão revelaram dificuldades para a reunificação. Com a extinção dessas agências e a mudança de posição de Kim, a possibilidade de cooperação pode ter chegado ao seu termo. Essas agências haviam previamente efetuado um projeto turístico do Monte Kumgang, no qual um resort, construído pela Hyundai Asan da Coreia do Sul, se tornou um símbolo de cooperação econômica e que atraía visitantes sul-coreanos. No entanto, este projeto já havia sido suspenso em 2008, devido à morte de um turista sul-coreano que teria adentrado uma área de acesso restrito. Além disso, em 2016, Seul retirou-se do empreendimento do parque industrial de Kaesong, que fazia parte de uma cooperação entre as Coreias, em resposta a um teste nuclear e lançamentos de mísseis do Norte (Al Jazeera, 2024).

A situação de instabilidade entre os dois países é notória, com a suspensão de acordos militares e o acirramento retórico de ambos os lados. Assim, fatores como o lançamento bem-sucedido de um satélite militar norte-coreano, a destruição de símbolos da reunificação e o encerramento de agências de cooperação contribuem para um aprofundamento da divisão entre os dois países, reduzindo as perspectivas de reconciliação. Diante dessa situação, a cooperação e a perspectiva de reunificação parecem cada vez mais distantes, enquanto as tensões continuam a aumentar na península coreana.

Embora seja difícil prever os movimentos norte-coreanos, é pouco provável que a Coreia do Norte inicie uma nova guerra. Para Pyongyang, o discurso belicoso, o fim dos diálogos pacíficos com Seul e a constante delimitação clara de inimigos é extremamente conveniente. Tal movimento pode ser entendido como uma “evangelização do medo”, um discurso que fomenta uma situação de ameaça em relação ao outro (Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul). O medo e a ameaça permitem a sustentação de políticas diversas que se justificam por causa da existência do inimigo (Campbell, 1992). Ainda assim, é importante monitorar as próximas movimentações dos dois países, bem como de seus aliados, a fim de compreender os avanços e retrocessos das relações inter-coreanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL JAZEERA. North Korea's spy satellite launch: All you need to know. **Al Jazeera**, 22 de nov de 2023. Disponível em https://www.aljazeera.com/news/2023/11/22/north-koreas-spy-satellite-launch-all-you-need-to-know?traffic_source=KeepReading. Acesso em 8 de fevereiro de 2024.

AL JAZEERA. North Korea ends all economic cooperation with South as ties hit new low: Relations have deteriorated as Pyongyang ramps up weapons development and Seoul bolsters ties with US, Japan. **Al Jazeera**, 8 de fev de 2024. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2024/2/8/north-korea-ends-all-economic-cooperation-with-south-as-ties-hit-new-low>. Acesso em 16 de fevereiro de 2024.

CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, pp. 1-14.

CUMINGS, Bruce. **Korea's Place in the Sun**: A Modern History. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2005.

PARK, Eugene Y. **Korea**: A History. Stanford University Press, 2022.

SETH, Michael J. **North Korea**: A History. Palgrave, 2018.

VOA NEWS. North Korea Ends Policy of Reunification with South Korea. **VOA News**, 16 de janeiro de 2024. Disponível em <https://www.voanews.com/a/north-korea-ends-policy-of-reunification-with-south-korea/7441790.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

6

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E O PAPEL DA ASEAN NO CONFLITO EM MIANMAR

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Letícia Fernandes de Almeida

O Mianmar, oficialmente reconhecido através da denominação República da União de Mianmar, é um país do sudeste asiático que detém uma grande variedade de grupos étnicos e uma trajetória relativamente recente no que diz respeito ao governo democrático parlamentar. Em fevereiro de 2021, essa trajetória foi desafiada pela instauração de um regime autoritário. Esta análise tem como objetivo explorar fatores conjunturais para a compreensão do conflito que perdura atualmente por mais de três anos no país, levando-o a um cenário de crise e preocupações refletidas através do cenário internacional. Além disso, o papel da ASEAN é analisado à luz da evidente crise humanitária e a consequente demanda exponencial de assistência humanitária no território, levando em consideração a premissa de que um dos objetivos principais da Associação é promover a paz regional no continente.

Em primeiro lugar, é notório que a história do país tem sido marcada por uma grande diversidade de grupos étnicos que ocupam o território, em sua maioria birmaneses, que correspondem a 70% da população do país. Mianmar foi uma colônia britânica a partir do século XIX e durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupada pelo Japão: pouco antes da ocupação japonesa no território, estudos apontavam que havia cerca de 135 grupos com identidades e línguas próprias na região (Colab PUC Minas, 2021). Porém, com a saída das forças japonesas e também o crescimento do movimento nacionalista, o país se tornou independente no ano de 1947.

Em 1968, entretanto, um governo militar autoritário foi implantado, e as tentativas de ascensão ao poder não se limitaram a este específico momento na história. Na trajetória do país rumo à democracia, o partido reconhecido como Liga Nacional da Democracia (NLD) obteve vitória esmagadora nas eleições de 1990, com 81% das cadeiras em disputa conquistadas. Apesar disso, a junta militar mianmarenses se recusou a reconhecer o resultado das eleições, alegando que tais resultados foram manipulados e tomando o poder por meios autoritários e antidemocráticos. Tais ações repercutiram internacionalmente, considerando as fortes medidas implementadas pelo

governo militar sobre a população e os líderes do partido NLD, resultando em fortes pressões da comunidade internacional sobre Mianmar. Um dos alvos de mais críticas no país nesse contexto foi a prisão da líder do NLD Aung Sang Suu Kyi, após a vitória de seu partido em 1990. Suu Kyi, a terceira dos filhos do líder Bogyoke Aung San, considerado por muitos como o “pai do Mianmar moderno”, foi mantida em prisão domiciliar por quase quinze anos. Porém, a resistência e os protestos da população juntamente com a pressão internacional induziram os representantes militares no poder a dar início a um processo de democratização do país, desencadeando reformas econômicas e políticas. Suu Kyi, libertada em 13 de novembro de 2010, foi uma das mais notórias representantes de prisioneiros políticos, recebendo até mesmo um prêmio Nobel da paz em 1991.

O desmantelamento do poder militar no país foi sinalizado pelas eleições de 2010, que deram lugar à implementação de um sistema democrático no país em 2011. Porém, dez anos depois e no contexto da pandemia, novamente a junta militar do país tomou o poder, resultando no atual cenário altamente precário e conflituoso que se manifesta na região. No dia 1º de fevereiro de 2021, após a NLD vencer as eleições realizadas em novembro do ano anterior, a junta militar liderada pelo comandante-chefe das forças armadas, Min Aung Hlaing, assumiu o governo alegando estado de emergência nacional, deslegitimando a escolha popular e valendo-se de brechas na constituição (Colab PUC Minas, 2021).

Esta tomada de poder significou diretamente a centralização do poder político, a forte repressão às parcelas da população opositoras, bem como a cassação de liberdades individuais e alteração de legislações, em uma situação de emergência internacional que tem se estendido por mais de três anos. Mianmar mergulhou numa crise quando os generais destituíram o governo eleito da líder civil Suu Kyi em fevereiro de 2021 e tomaram o poder, respondendo com força brutal aos protestos em massa contra o seu governo e desencadeando uma revolta armada. Desde então, mais de 4.400 civis foram mortos e os militares mantêm cerca de 20 mil pessoas detidas, segundo a Associação de Assistência a Prisioneiros Políticos, um grupo de monitoramento local.

Esforços multilaterais têm sido solicitados tanto por líderes democráticos do

país quanto pela própria comunidade internacional, e o papel da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) tem sido mais uma vez demandado. Na Associação, ministros das relações exteriores do Sudeste Asiático têm se pronunciado recentemente. No dia 29 de janeiro deste ano, houve uma reunião entre um grupo de dez ministros das Relações Exteriores em Laos em resposta ao apelo da Associação, contando com a presença de um oficial de Mianmar pela primeira vez nos últimos dois anos. Na reunião, foi levantado um apelo por uma solução para a crise construída e liderada pelos próprios atores políticos de Mianmar, que tem deixado milhares de mortos (AL JAZEERA, 2024). Os ministros presentes na cúpula também apoiaram os esforços de Alounkeo Kittikhoun, enviado especial do Laos para a crise, junto às partes envolvidas.

A ASEAN, à qual Mianmar aderiu em 1997, tem liderado esforços diplomáticos internacionais em Mianmar, mas fez poucos progressos desde o chamado Consenso de Cinco Pontos para acabar com a crise. O Consenso foi acordado em 24 de abril de 2021 numa cúpula com a presença do líder golpista Min Aung Hlaing, pouco depois da tomada do poder. Os líderes de nove estados membros da ASEAN e o General Min Aung Hlaing concordaram com os seguintes pontos: 1) o fim imediato da violência no país; 2) diálogo entre todas as partes; 3) a nomeação de um enviado especial; 4) permissão de assistência humanitária da ASEAN; e 5) a visita do enviado especial a Mianmar para se reunir com todas as partes. Porém, tais medidas não foram efetivamente implementadas pela junta militar.

A organização Parlamentares da ASEAN pelos Direitos Humanos (APHR) foi fundada em junho de 2013 com o objetivo de promover a democracia e os direitos humanos em todo o Sudeste Asiático. A APHR realizou um Inquérito Parlamentar Internacional sobre a resposta global ao golpe de Mianmar (IPI). Em seu relatório final, publicado em novembro de 2022, declarou que era evidente que o Consenso de Cinco Pontos falhou e uma nova medida precisa ser implementada na região. Ademais, o depoimento de uma testemunha ao IPI evidenciou que Min Aung Hlaing não foi sincero ao assinar o consenso e tampouco tinha intenções de segui-lo (APHR, 2022). Desse modo, o direito humano à liberdade e segurança tem sido constantemente desafiado e desrespeitado pelo governo vigente em Mianmar. Nesse contexto, tanto os habitantes do país, submetidos a um governo autoritário, quanto a

comunidade internacional têm questionado as ações da junta militar e do General Min Aung Hlaing. A própria ASEAN também tem sido alvo de críticas, devido às suas contínuas falhas em promover integração regional e a paz no território do país.

Segundo a Organização das Nações Unidas (2023), o cenário em Mianmar num todo tem regredido em razão do golpe e se encontra num cenário de crise profunda, contabilizando 2.890 mortes e 1,2 milhões de mianmarenses se tornaram deslocados internos. No país, líderes comunitários têm emergido em meio ao cenário de crise. Pesquisas com moradores indicaram que em todas as partes do país, algum indivíduo era considerado pelos grupos familiares como detentor do papel de liderança comunitária (Anderson et al, 2022); tais líderes também eram considerados como “chefes”, e tal papel flutuava entre indivíduos periodicamente, ao invés de ser uma liderança hereditária ou derivada de costumes. Além disso, tais líderes de comunidade exercem um importante papel na resolução de disputas nas regiões rurais do país. Isso ilustra a dinâmica singular instaurada em Mianmar mediante o extenso cenário de crise política e econômica: há um histórico de autogovernança das aldeias, como consequência dos conflitos e regras militares autoritárias. Desse modo, o atual cenário de violência em Mianmar torna cada vez mais urgente a demanda por assistência humanitária mediante as consequências nocivas da ação da junta militar, trazendo à tona o atual dilema sobre a efetividade das medidas implementadas (ou não) pela ASEAN.

Em resposta ao não cumprimento do Consenso de Cinco Pontos, a Associação declarou que condena veementemente os contínuos atos de violência em Mianmar, que causaram sofrimento prolongado entre a população, crises humanitárias e destruição de instalações públicas; além disso, tiveram um impacto negativo na estabilidade regional, especialmente ao longo da região fronteira (ASEAN, 2023). Recentemente, além do chamado de líderes do sudeste asiático por uma solução no conflito em Mianmar, uma nova onda de pânico foi instaurada entre os habitantes do país em razão da decisão da junta militar de ativar uma lei de recrutamento obrigatório, representando até então o maior desafio enfrentado pelo governo militar no decorrer dos seus últimos três anos no poder. Com a recente medida, a junta militar de Mianmar enfrenta tanto o escrutínio internacional quanto a resistência nacional em múltiplas áreas do país, reforçada através de protestos e a tentativa de evasão

do território por parte da população mais jovem, sob a ameaça de serem submetidos ao recrutamento em meados de abril de 2024 que objetiva convocar cerca de 60 mil jovens, homens e mulheres, anualmente para o serviço obrigatório.

Dessa forma, fica claro que a assistência humanitária é cada vez mais necessária, face a um quadro de violência e desabono dos direitos fundamentais que tem se estendido pelos últimos três anos. Além disso, levando em consideração os atuais problemas no país como também a recusa em amparar os cidadãos mianmarenses por parte do governo militar vigente - evidenciado pela relutância do General Min Aung Hlaing em seguir o Consenso de Cinco Pontos, uma tentativa direta da ASEAN de promover condições pacíficas de vida no território - fazendo assim que esforços diplomáticos precisem ser encorajados com ainda mais afinco com a finalidade de encorajar às partes à resolução pacífica do conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASEAN Leaders' Review and Decision on The Implementation of The Five-Point Consensus. **ASEAN**, 2023. Disponível em: <https://asean.org/asean-leaders-review-and-decision-on-the-implementation-of-the-five-point-consensus-2/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

ASEAN urges 'Myanmar-owned and led solution' to crisis triggered by coup. **AL JAZEERA**, 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/amp/news/2024/1/30/asean-urges-myanmar-owned-and-led-solution-to-crisis-triggered-by-coup> Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

ANDERSON, et al. Everyday governance in areas of contested power: Insights from Mozambique, Myanmar, and Pakistan. 2023. *Development Policy Review*, 41(Suppl. 1), e12683. <https://doi.org/10.1111/dpr.12683>.

Dois anos após golpe, Mianmar vive crise humanitária profunda. **ONU News**, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1808897>. Acesso em: 04 de março de 2024.

Mianmar e a frágil democracia. **COLAB PUC MINAS**, 2021. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/mianmar-e-a-fragil-democracia/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

The International Parliamentary Inquiry publishes its report urging the global community to support democracy in Myanmar. ASEAN Parliamentarians for Human Rights. **APHR**, 2022. Disponível em: <https://aseanmp.org/2022/11/02/the-international-parliamentary-inquiry-publishes-its-report-urging-the-global-community-to-support-democracy-in-myanmar/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.



O IMPACTO DO EL NIÑO NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO

Beatriz Nardy de Queiroz

Rubens Americano Alves de Brito Araujo

O El Niño é um padrão climático que se manifesta no Oceano Pacífico e afeta as condições meteorológicas em diversas partes do globo. O fenômeno é caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais no leste do Oceano Pacífico tropical, sendo a “fase quente”¹ de um fenômeno mais amplo conhecido como o ciclo da Oscilação Sul El Niño (ENOS, ou ENSO em inglês – *El Niño-Southern Oscillation*) (National Geographic, s. d.). Esse padrão é tipicamente associado a condições climáticas mais quentes do que o usual. Sua influência pode perdurar por até um ano, sendo mais pronunciada durante os meses de outono e inverno no Hemisfério Norte, compreendendo o período de outubro a fevereiro (National Geographic, 2023). Esse fenômeno tem gerado impactos humanitários significativos na região da Ásia-Pacífico, como a persistência de condições secas, escassez de alimentos, instabilidade econômica, além de chuvas intensas e inundações.

O relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), intitulado “Asia and the Pacific: El Niño Humanitarian Snapshot - Latest updates for Southeast Asia and the Pacific (as of 25 January 2024)”, apresenta uma análise atualizada sobre as condições associadas ao El Niño na região da Ásia-Pacífico.

De acordo com as informações disponibilizadas no documento, a condição climática na região do Pacífico demonstra variações. A Papua Nova Guiné enfrentou períodos de seca até o início de 2024, enquanto as Ilhas Salomão e Tuvalu indicam padrões de chuvas acima da média. Por outro lado, no Pacífico Sul, espera-se que Fiji experimente chuvas abaixo da média nos próximos meses. A persistência de condições secas levanta preocupações nas Ilhas Marshall, nos Estados Federados da Micronésia e em Palau, com destaque para

¹ A “fase fria” da Oscilação Sul El Niño é chamada de La Niña, que representa o resfriamento incomum das águas superficiais da região. El Niño e La Niña são dois padrões climáticos opostos, considerados a parte oceânica da ENOS – enquanto a Oscilação Sul refere-se às mudanças atmosféricas associadas a esse fenômeno (National Geographic, s.d.).

a emissão de uma declaração de emergência em Pohnpei devido à escassez de água intensificada pelas condições muito secas atribuídas aos efeitos do El Niño (OCHA, 2024).

É importante salientar que, associado às mudanças climáticas, o fenômeno El Niño – que teve início em 2023 e, conforme projeções do Bureau of Meteorology (BOM) da Austrália, persistirá pelo menos até abril de 2024 (OCHA, 2024) – já contribuiu para recordes de temperaturas elevadas, à medida que águas quentes retidas nas profundezas oceânicas emergem para a superfície (National Geographic, 2023). Esse contexto assume uma relevância notória ao considerar que a Ásia-Pacífico é identificada como a região mais propensa a desastres em todo o mundo. Os impactos crescentes das mudanças climáticas e dos riscos naturais permanecem como os principais impulsionadores das necessidades humanitárias na região (OCHA, s.d.).

Conforme dados apresentados pela FAO e Organização Internacional para as Migrações (OIM), nos últimos dez anos, 225,3 milhões de pessoas encontram-se na situação de deslocados internos na Ásia-Pacífico, representando 78% do total global (2023). Desastres causados por tufões, inundações, terremotos e erupções vulcânicas causaram 13,7 milhões de novos deslocamentos somente em 2021, constituindo 58% do total global para deslocamento por desastres naquele ano (FAO e OIM, 2023). Conseqüentemente, isso resultou no maior índice de deslocamento interno que a região já presenciou até então, excedendo a média de 11,6 milhões de pessoas por ano ao longo da década de 2010 (FAO e OIM, 2023). Em 2022, como consequência do mesmo conjunto de desastres supracitados, a cifra aumentou para 22,6 milhões de deslocamentos, representando 70% do total global naquele ano e excedendo a média superada no ano anterior (OIM, 2023). Tal tendência de aumento no número de deslocados internos é indissociável dos efeitos do El Niño na região.

Na região, os impactos do El Niño atingem especialmente o setor agrícola, e, conseqüentemente, as populações que dependem mais diretamente da agricultura. O setor sofre um quarto do total de danos e perdas causados pelos desastres, o que se revela no tamanho do dano que as secas trazem aos cultivos (OIM, 2023). Em decorrência das secas, o setor absorve 83% do total de danos econômicos causados por esses fenômenos, o que reflete diretamente na capacidade dessas populações de se alimentar e de acessar recursos vitais

(OIM, 2023). Como aponta o Diretor-Geral Adjunto e Representante Regional da FAO, Jong-Jin Kim, as secas prolongadas podem provocar quebras de colheitas, escassez de alimentos e instabilidade econômica, forçando as pessoas a abandonar as suas casas em busca de melhores condições. Da mesma forma, chuvas intensas e inundações provocam danos nas infraestruturas e nos meios de subsistência, ameaçando a segurança alimentar e exacerbando os padrões de migração na região (OIM, 2023).

A crise humanitária causada pelos impactos do El Niño na região é clara e está posta há muitos anos. Considerando que na última década quase 80% da população que se deslocou internamente no mundo se concentrou exclusivamente na Ásia-Pacífico, pode se afirmar que a região é particularmente vulnerável às alterações climáticas moduladas pelo El Niño neste momento. Como aponta a FAO e a OIM (2023), é necessária a implementação de um sistema de ação antecipatória que consiga, em curto prazo, minimizar os impactos deletérios provocados à população que é afetada pelos desastres provocados pelo El Niño. Da forma que a FAO e a OIM definem ação antecipatória, três elementos precisam estar presentes: informações sobre risco e aviso prévio; um plano prévio e selecionado de resposta que leve em consideração o melhor tempo para agir; e uma reserva pré-estabelecida de financiamento (FAO e OIM, 2023). Esses três elementos, em conjunto, devem levar em consideração as realidades individuais de cada local, assim como ter em mente as possíveis discriminações e dificuldades que migrantes e deslocados internos podem sofrer (FAO e OIM, 2023). Somado a isso, as organizações ressaltam a importância de entender e medir os impactos econômicos e ambientais decorrentes do aumento do fluxo de pessoas a uma região específica – seja por uma possível escassez de recursos, pela possibilidade de surgir insegurança alimentar, ou por falta de uma infraestrutura sólida que sustente a chegada de muitos novos migrantes – e os impactos sociais, como disputas que podem surgir entre as famílias migrantes e anfitriãs por recursos e serviços.

A solução apontada pela FAO e OIM não é para ser considerada uma medida definitiva. Ela, mais do que nada, é uma solução feita para mitigar os danos que, invariavelmente, irão ocorrer. Em sua natureza, a ação antecipatória é paliativa, no sentido de que existe para aliviar o sofrimento iminente das populações mais afetadas pelos desastres que estão por vir. Nesse sentido, é

importante conceber a ação antecipatória como auxiliar à medidas que visam mitigar os fenômenos que levam ao El Niño. Por este motivo, a proposta das organizações internacionais leva em consideração a necessidade da colaboração entre governos e outras agências para fornecer um sistema integrado de avisos, pesquisa e financiamento, considerando que é um problema que abrange a todos, mesmo aqueles que, à princípio, não são diretamente afetados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAO e IOM. **Climate-induced human mobility**: How can anticipatory action play a role in Asia and the Pacific? Bangkok, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc6742en>. Acesso em 26 fev. 2024.

National Geographic. El Niño. Disponível em <https://education.nationalgeographic.org/resource/el-nino/> . Acesso em 09 fev. 2024.

National Geographic. El Niño and La Niña. 27 nov. 2023. Disponível em <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/el-nino-la-nina>. Acesso em 09 fev. 2024.

OCHA. Asia and the Pacific. Disponível em: <https://www.unocha.org/asia-and-pacific>. Acesso em 09 fev. 2024.

OCHA. Asia and the Pacific: El Niño Humanitarian Snapshot - Latest updates for Southeast Asia and the Pacific (as of 25 January 2024). 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.unocha.org/publications/report/micronesia-federated-states/asia-and-pacific-el-nino-humanitarian-snapshot-latest-updates-southeast-asia-and-pacific-25-january-2024>. Acesso em 08 fev. 2024.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

